



29ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Aos 04/06/2012, sob a coordenação do Presidente Carlos Roberto Fortner, realizou-se a 290ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião
2. Posse dos Srs. André Dias Menezes de Almeida e Daniel Glaessel Ramalho, como conselheiros titular e suplente respectivamente, representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Ordem do dia:

1. Discussão e votação do Parecer Técnico CADES/2012 da **Câmara Técnica II – Obras Viárias, Drenagem e Transporte que analisou o EIA/RIMA referente ao Córrego Ponte Baixa - Avenida M'Boi Mirim.**
2. Sugestões para inclusão na pauta das próximas reuniões.

Coordenadora Helena Magozo: Bom dia a todos. Vamos dar início a 29ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES, dia 04/06/2012, aqui no auditório da Escola de Astrofísica, sob a Presidência do Carlos Roberto Fortner, nomeado Secretário do Verde e do Meio Ambiente desde sábado, e com a presença também, do Secretário Eduardo Jorge, que daqui a pouco vai trocar umas palavras com vocês. Eu passo a palavra para o Carlos.

Secretário Carlos Fortner: Bom dia a todos e a todas. Nós vamos abrir a reunião, e vamos suspender até termos quorum. O Eduardo vai falar depois, algumas palavras. Vamos esperar chegar mais gente, não é, Eduardo? O Eduardo vai precisar sair, por este motivo, passo a palavra para você Eduardo.

Secretário Eduardo Jorge: Bom, então, eu na verdade, quero fazer três observações para vocês. Em primeiro lugar, agradecer a atuação dos Conselheiros, no Conselho Municipal do Meio Ambiente, tanto das funções próprias do Conselho Municipal do Meio Ambiente, quanto, também, de certa forma, supervisionando (incompreensível) participam do FEMA. E essa atividade do Conselho Municipal do Meio Ambiente permitiu uma ativação, acho que extraordinária, da participação da Secretaria do Meio Ambiente no SISNAMA. Licenciamentos, discussões, o apoio à implantação dos Conselhos Regionais. A ativação dos projetos do FEMA, tudo isso deu uma dinâmica de participação social, que é previsto na filosofia do SISNAMA, acho bastante adequada aqui em São Paulo, e isso tem sido, nas discussões que eu tenho ido da Associação de Secretarias Municipais de



29ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Meio Ambiente, têm sido um elemento de inspiração a outras cidades. Tudo isso foi possível porque tanto os Conselheiros que representam os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, quanto àqueles que representam a sociedade civil, e isso ampliado, depois da lei de 2009, que ampliou muito a participação, tornou o Conselho Paritário, como é previsto na lei. Ele não era. Isso permitiu essa dinâmica toda. Então o meu registro é esse: fazer esse agradecimento à atuação dos Conselheiros durante esses 7 anos meio, que eu estive à frente da Secretaria do Meio Ambiente. A segunda observação é que eu tinha combinado com o Carlos Fortner, que o meu afastamento seria só depois do dia 5, porque o diretório do Partido Verde ao qual eu pertenço, havia me pedido para eu me afastar nesse período porque há uma chance, remota, pouquíssimo provável, que eu tenha que me candidatar. Como eu dizia, é muito remota. Mas eu também não podia me negar a essa tarefa que o partido pediu. Então, o diretório pediu para eu me afastar. O prazo oficial é a partir do dia 5 ou 6, e eu me afastei a pedido do diretório do Partido Verde. Para ficar disponível para eles, para essa disputa de 2012. No entanto, quando eu mandei a minha carta ao prefeito, na sexta-feira à noite, eles avaliaram, o jurídico avaliou, da prefeitura, que a publicação tinha que ser de sexta para sábado. Então, fui demitido dois dias antes do previsto. Mas, daria tempo, eu tinha calculado, que daria tempo para eu vir aqui, e ainda participar dessa reunião, e agradecer vocês com mais calma. Mas isso não foi possível. Mas de toda forma, eu vim aqui para registrar esse agradecimento. E a terceira observação, é em relação a essa discussão que nós vamos fazer hoje. Esse projeto é um projeto importantíssimo para a região sul. Quem foi na audiência pública, lá na Subprefeitura, que tinham centenas e centenas de pessoas, alguns talvez, uns três ou quatro daqui, estavam comigo lá. Porque eu sempre fiz questão de presidir essas audiências públicas, que é uma coisa boa para sentir o espírito da população em relação aos projetos. E nesse projeto havia uma ansiedade tremenda da população. Vereadores, lideranças populares, gente que mora em comunidades precárias. Todos eles ansiosos. Pessoas que usam o transporte público naquela região, todos eles ansiosos por essa obra. Porque é obra de reurbanização de um córrego muito problemático, morreu gente já, recentemente, há uns 3, 4 anos atrás, morreu uma professora, vocês lembram daquele local. Então é uma obra muito importante da SIURB. E que a SIURB, de certa forma, terminou atrasando na apresentação do projeto, para se adaptar às normas que a Secretaria do Verde, ela própria, está exigindo, de respeito à APP. Então a SIURB atrasou por quê? Porque ela faria uma obra tradicional. daquelas que esmagam rio, bota avenida em cima, e quando chegou aqui na Secretaria, a Secretaria disse não, aqui vai respeitar a APP. Minimamente vai respeitar a APP. Se não for possível respeitar os 30 metros, vai chegar a uma adaptação que tenha condição do rio ter uma vida natural, mínima possível. Então, foi isso que atrasou, vamos dizer assim. Não foi culpa, nem da SIURB, nem nossa. A responsabilidade foi com a lei. Isso atrasou. E a população, que não tem a obrigação de estar consciente de todos esses meandros legais e burocráticos, não quer saber disso. Então, eu a Helena, a Mary e outras, que aguentamos lá, a pancada. Porque todo mundo lá dizia que o culpado éramos nós. Nós, Secretaria do Meio Ambiente. Eles não sabem que como há uma votação no Conselho Municipal do Meio Ambiente, poderiam dizer que o culpado é, também, o Conselho Municipal que não votou. Essa obra, minha angústia com ela, e o Milton sabe disso, é pela importância que tem para a população da região. Ao contrário de outras



29ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

obras, tem gente que é contra, tem gente que é a favor, tem gente que quer fazer outra coisa. Essa obra todo mundo na região quer. E, é incompreensível para eles, esses meandros burocráticos e legais, que a obra não sai. Principalmente porque tem dinheiro. Tem dinheiro da prefeitura, tem dinheiro federal, que se a gente não começar, a gente arrisca perder o dinheiro federal. Por isso que nós marcamos essa data, segunda-feira, que é uma data atípica, porque cada dia que nós estamos perdendo, é um dia que aumenta a angústia daquela população. O Milton e o DECONT, e a Câmara Técnica, como sempre, fizeram de forma muito livre e com participação, toda a discussão. Eu nem sei como é o relatório. Vou saber só depois. Mas eu tenho certeza que foi bem feito e vai permitir que a SIURB comece a obra o mais rapidamente possível, se vocês aprovarem. Então essa é a terceira observação. Essa obra é muito importante para a região da zona sul. O Armelindo que conhece tudo ali, palmo a palmo, pode testemunhar isso para a gente. Como representante de uma das regiões eleitas, populares, aqui no Conselho. Alguns vereadores estavam lá, inclusive ameaçaram queimar pneus, fazer o diabo. E estão sabendo, foram convidados, se eles chegarem também, eles podem acompanhar nossa reunião, que é totalmente aberta. Então essa é a terceira observação. A primeira, agradecer a vocês, mais uma vez. Segundo, explicar porque foi uma coisa tão atropelada, esse meu agradecimento, e terceiro, ressaltar a importância dessa obra para a população da zona sul.

Coordenadora Helena Magozo: Se apresenta, por favor.

Cons. Armelindo: Só queria parabenizar o Eduardo Jorge. Eu sou de partido oposto dele, contrário, diferente dele. E o Eduardo Jorge tem sido...

Secretário Eduardo Jorge: Atualmente, não é?

Orador não identificado: Não, não. É só para a despedida sua.

Secretário Eduardo Jorge: Atualmente, porque 20 anos...

Cons. Armelindo: Ah, tá. Eu e o Eduardo Jorge, a gente militou com a tribo de índio em 1977, em Parelheiros. Em 1973. O Eduardo Jorge é uma pessoa de caráter, uma pessoa íntegra, quer dizer, esse afastamento, tomara que seja meio provisório. Uma pessoa extraordinária que eu conheci a vida inteira, e uma pessoa muito boa.

Secretário Eduardo Jorge: Obrigado.

Secretário Carlos Fortner: Como já temos quorum, então vamos começar a reunião. Agora tem quórum, mas tem um problema de informática que está sendo resolvido. Vamos começar a reunião. O primeiro item da Pauta do dia seria a **posse do senhor André Dias Menezes de Almeida, e do senhor Daniel Glaessel Ramalho, conselheiros Titular e Suplente, respectivamente, representantes da Secretaria do Estado do Meio Ambiente.** Bem-vindo, André. Sugestões para inclusão na pauta dessa reunião.

Cons. Alexandre: Bom dia. Na verdade, não sei se para essa reunião, por conta da extensão da pauta, da complexidade do assunto, mas eu teria uma pauta a respeito da



29ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

proposta de ampliação de um projeto de Parque Linear, do projeto inicial de um Parque Linear lá na Macro-região Leste. Seria Parque Guaratiba, e nós temos uma proposta de ampliação do projeto inicial.

Coordenadora Helena Magozo: Isto vai estar incluído dentro das pautas programadas, está bom? E a gente vai se falando. Nós vamos dar início a Discussão e Votação do Parecer Técnico CADES/2012, da Câmara Técnica II - Obras Viárias, Drenagem e Transporte, que analisou o EIA/RIMA referente ao Córrego Ponte Baixa - Avenida M'Boi Mirim. O Presidente da Câmara Técnica II foi o José Carlos Andersen, da Secretaria de Transportes, e o Relator, o Milton Motta do DECONT/SVMA. O Milton vai tomar a palavra. Por favor.

Cons. Milton: Bom dia a todos e a todas. Combinei com o José Carlos, o José Carlos foi Presidente da Câmara Técnica, eu sou Relator. Eu vou fazer um breve histórico de como se deu as nossas discussões e o andamento do projeto. O José Carlos vai detalhar toda a visão do projeto que foi apresentado no EIA/RIMA, depois eu comento, leio as exigências para continuidade do licenciamento. O estudo se iniciou com um Termo de Referência, que foi elaborado pelo DECONT no início de 2010. Em fevereiro de 2011, foi protocolado na SVMA, o processo de licenciamento ambiental teve como empreendedor, a SIURB. O próprio Secretário explicou Eduardo Jorge, houve diversas tratativas entre SEHAB e SIURB, que resultou no desenvolvimento de um estudo alternativo ao projeto inicialmente submetido à SVMA. Essas complementações contemplaram, principalmente, a questão da ampliação dos trechos em canal aberto, eram grandes extensões em canal fechado, a alteração da proposta do Sistema Viário, e a canalização e implantação de Parque Linear ao longo do Córrego Jardim Letícia. Os trabalhos da Câmara Técnica do CADES se iniciaram em 18 de novembro de 2011, e a Câmara Técnica que analisou o EIA/RIMA foi: Obras Viárias, Drenagem e Transportes. Essas reuniões ocorreram durante 8 eventos, lá na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Na última reunião, que ocorreu no dia 31 de maio de 2012, houve a apresentação do parecer técnico do DECONT, e toda a discussão para que a gente possa apresentar, nesse momento, o parecer técnico global da Câmara Técnica, para a proposta aqui, do CADES. A audiência pública foi realizada na Subprefeitura do M'Boi Mirim, em 8 de março desse ano, e esse evento, como já foram explicados aqui, ele criou um espaço de manifestação de anseios da população, e o encaminhamento desse projeto que é compatível com toda situação que aquela população enfrenta, de acessibilidade, da questão de canalização, já morreram algumas pessoas lá. Nesse sentido, após análise do DECONT e da Câmara Técnica, Obras Viárias, Drenagem e Transportes, o EIA/RIMA é submetido a esse Conselho do CADES para análise e deliberação da continuidade do licenciamento ambiental. Passo a palavra para o José Carlos.

Cons. José Carlos: Bom dia a todos. José Carlos Andersen da SMT e Presidente da Câmara Técnica que analisou o EIA/RIMA. Gostaria também de cumprimentar o Carlos Fortner, atual Secretário e Presidente do CADES, e colocando-nos à disposição para dar continuidade à mesma qualidade de trabalho. Como Câmara Técnica também, gostaria de agradecer o empenho dos companheiros, Conselheiros do CADES que participaram das várias reuniões da Câmara Técnica, e também elogiar a participação do grupo técnico



29ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

do DECONT, como sempre muito criterioso e muito profundo nas suas análises, o que enriqueceu muito essa avaliação. Como o Milton falou, esse empreendimento passou por algumas alterações. Nós vamos fazer dois quadros paralelos aí, colocando como foi o escopo do trabalho inicialmente, e depois, como ele ficou no final. A princípio, a proposta original é a canalização do Córrego Ponte Baixa, no trecho entre a estrada do M'Boi Mirim, na Curva da Figueira Grande, e até a sua foz do Canal do Guarapiranga. Com esse espaço ganho, com a obra de canalização e remoção das habitações ao longo da margem do canal criado, vai ser construído o Sistema Viário paralelo à M'Boi Mirim. No trecho entre a Estrada da Curva da Figueira Grande até a Avenida Guido Caloi, compreendendo duas pistas marginais, a canalização do Córrego, com três faixas de rolamento em cada pista, além de passeios e ciclovia. Também a canalização e implantação de Parque Linear ao longo do Córrego Jardim Letícia, que é afluente da margem esquerda do Córrego Ponte Baixa. E a implantação de reservatório de amortecimento de cheias o piscinão, com volume aproximado a 16.500 metros cúbicos, junto à foz do Córrego Avenida Inácio Dias da Silva, afluente da margem direita do Córrego Ponte Baixa. E a implantação de um conjunto habitacional com 19 blocos de edificações, atendendo a um total de 484 unidades habitacionais em uma área próxima ao empreendimento, com terreno já garantido, e já reservado para essa função. Agora, as alterações que ocorreram ao longo dessa avaliação. Por solicitação da Secretaria do Verde, foi feita uma alteração no escopo do trabalho, em virtude de se prover a maior quantidade possível do canal da canalização ser aberto. Somente mantendo fechado aonde não haveria possibilidade disso, por exemplo, nos cruzamentos com as outras vias e outras coisas desse tipo. A manutenção da concepção do projeto original hidráulica do canal, em cessão retangular. Redução da largura das pistas e acréscimo de áreas verdes ao longo das margens do canal a ser implantado. Dessa forma, permitindo a recuperação de parte da APP do Córrego Ponte Baixa. Então teria um espaço verde ao lado da canalização, e as pistas de rolamento foram reduzidas para duas faixas, e a ciclovia foi transferida para o lado do passeio público, e não na lateral do canal. E a desvinculação do conjunto habitacional do escopo do processo. A SIURB enviou o ofício à Secretaria, justificando que, pelo fato de esse empreendimento habitacional ser de interesse social, ele estaria desvinculado da necessidade de avaliação ambiental. Vamos para o terceiro slide da apresentação. Como o Secretário Eduardo... ex-Secretário, aliás, desculpe, Carlos. Eduardo Jorge foi tanto tempo de convívio com ele, como Secretário, mas como ele bem frisou, é um empreendimento extremamente benéfico, positivo para a região. Os benefícios são todos voltados à melhoria da qualidade de vida da população entorno. Entre as principais melhorias previstas, primeira coisa é o fim das enchentes. Segundo o EIA/RIMA relata, e informações, seria o fim das enchentes com o redimensionamento, a canalização do Córrego e a construção do piscinão, se estimaria, a previsão do projeto é um tempo de cem anos sem ter essa repetição. Novas habitações com as construções irregulares em áreas de risco envolvidas por esse empreendimento, toda essa população seria remanejada e transferida para conjuntos habitacionais. Existe esse primeiro conjunto habitacional, que não atenderá toda a população, mas a SEHAB tem informações no plano de reassentamento que toda a comunidade será atendida. E essa foi a maior preocupação da Câmara Técnica. Melhoria nas condições de mobilidade. Todo mundo já viu, pelo noticiário, as constantes manifestações da população, com problemas de trânsito,



29ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

de transporte coletivo que existe na região. Então, com o Viário ganho com esse empreendimento, se criaria uma excelente alternativa de trânsito para o eixo da Estrada do M'Boi Mirim e Avenida Guarapiranga. Com isso, se tem mais espaço para fazer uma série de intervenções na questão dos corredores de transporte coletivo e assim melhorar, significativamente, essa condição. A questão do lazer, com fornecimento de um Parque Linear ao longo do Córrego Jardim Letícia, e também paisagismo ao longo de toda canalização do Córrego. A questão da saúde é inegável. A questão do risco de morte que já existiu na região devido às constantes enchentes, e a questão da própria insalubridade. A gente viu, através de vistorias executadas, fotos reconhecimento da área que existe uma grande quantidade de construções em cima do leito do córrego. Então essa convivência, mais a questão de lançamento de lixo e esgoto nas águas, promovem uma área de grande insalubridade e insegurança. Para quem não conhece a região, e para quem não participou da audiência pública, eu gostaria de fazer uma localização desse empreendimento. Aqui temos, em vermelho, a estrada do M'Boi Mirim e Avenida Guarapiranga. Primeira questão, vocês observam aí, a ocupação urbana da região. Quer dizer, pequenas residências, pequenos lotes, a grande maioria é constituído de favelas, construções irregulares, que causa uma total ocupação de todo espaço previsto para aí, e toda a questão de insegurança, insalubridade decorrente disso. Segunda coisa, as características geográficas da região. Aqui temos a represa do Guarapiranga e o canal de escoamento da Guarapiranga. E aqui temos a colina, onde está localizado o cemitério Jardim São Luís. Então, o que acontece? Característica típica da região sul de São Paulo, na questão de trânsito, de transportes, você tem pouquíssimas opções de deslocamento. As barreiras com água de represas e o Rio Pinheiros e Guarapiranga dessa região, faz com que este eixo seja a principal, talvez quase a única, alternativa de deslocamento dessa região, quem quer passar para a região além do rio Pinheiros. Então faz com que toda a população existente nessa região, desde outros municípios, como Itapeverica, Embu-Guaçu, toda essa região de Jardim Ângela, toda essa ocupação existente, todo fluxo gerado, necessário para eles, acabe convergindo para cá. E exatamente nessa região, temos uma confluência grande de Sistema Viário para cá. Aqui nós temos a Avenida Guarapiranga, depois, ela, aqui, se bifurca na Estrada do Guarapiranga, e aqui começa a Estrada do M'Boi Mirim. Todo esse fluxo, todos os moradores convergem para cá. E o ponto crítico, o gargalo viário crítico, é no cruzamento da Avenida Guido Caloi. A proposta de canalização do Córrego Ponte Baixa e a criação do Sistema Viário para cá, permite uma alternativa de deslocamento de parte desse trânsito para cá. A estimativa da CET é: 2100 veículos/hora, previstos no horário de pico da manhã. Isso fará com que se desloque boa parte do trânsito veicular para cá, e aqui, crie-se mais espaço para intervenções aí, para melhoria do corredor de ônibus. Outra questão é a questão do saneamento básico. Uma vez que o córrego vai convergir até a foz do canal de escoamento da represa do Guarapiranga, e toda uma intervenção de melhoria da qualidade das águas. Esse, apesar de não estar inserido no programa da SABESP, do Córrego Limpo, mas ele vai ter as mesmas características. Ou seja, a remoção dos moradores ao longo desses dois sistemas, a coleta de esgoto para a rede existente de esgoto, e a não colocação de lixo nas águas, vai permitir com que haja uma melhoria dessas águas na categoria, no nível do Córrego Limpo. Aqui a gente vê a caracterização do empreendimento, nessa parte central, a chorada é a ADA, na região onde



29ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

efetivamente vai ocorrer as intervenções, e o limite da AIT, essa linha amarela, aqui, ao longo do Córrego Ponte Baixa, 100 metros ao longo, além do eixo do córrego. E aqui a gente vê o Córrego Jardim Letícia onde vai ser instalado o Parque Linear, em uma largura um pouco menor. Então, aqui ele tem 35 metros de largura, e o restante aqui, de 100 metros. Depois, na leitura das exigências, a gente vai ver a solicitação para passar essa parte do empreendimento, também, para uma largura de 100 metros. Aqui, nesse triângulo, a gente vê o terreno reservado para construção do conjunto habitacional de 484 residências. A gente vê ainda, também um outro córrego, o Itapoquera, e aqui, outro córrego também. E a recomendação das exigências que, como esses córregos fazem parte da Sub-Bacia do Córrego Ponte Baixa, estão dentro da área de intervenções, que eles sofram, também, benefícios e intervenções. Em vista de todos esses benefícios, do grande impacto positivo que vai ser oferecido para a população do entorno, da ansiedade, que nós percebemos na audiência pública, por parte da população, o que eles querem é que isso seja implantado ontem. Não dá mais para esperar. Eles estão, há décadas, aguardando estas intervenções. A preocupação da Câmara Técnica e do DECONT, é que também, o EIA/RIMA, a avaliação desse impacto tenha que passar pelo crivo, pela legislação, pelo rito de avaliação. A gente tem uma série de colocações para fazer, mas, considerando toda carência existente na região, a questão dos benefícios previstos para aí, a Câmara Técnica e o DECONT recomendam a aprovação deste relatório, mediante o atendimento das exigências que o Milton vai apresentar agora, a seguir. Obrigado.

Cons. Milton: Eu vou passar à leitura das exigências. Antes da emissão da licença ambiental de instalação, o empreendedor deverá cumprir um conjunto de 25 exigências, que estão relacionadas a seguir, que eu vou fazer a leitura. Número 1 - apresentar outorga da DAEE, e segundo o ofício número BAT/BAR/Nº 703/11, depende de seis documentos, dentre eles: incluir no pedido de outorga, os seis afluentes do Córrego Ponte Baixa, cronograma das obras de canalização, parecer técnico florestal da intervenção em APP, referente à canalização do Córrego e de seus três afluentes. 2 - Apresentar manifestação da fundação Centro Tecnológico de Hidráulica, FCTH, sobre o projeto canalização do Córrego Ponte Baixa e reservatório associado, submetido ao EIA/RIMA. 3 - Esclarecer quanto à funcionalidade e eficiência do viário proposto, considerando o teor da manifestação do CET, quanto à configuração do novo viário proposto. O Projeto executivo deve detalhar o projeto funcional do viário, explicitado e considerado no EIA/RIMA e suas complementações. Ou seja, a funcionalidade da via e suas obras de arte, não poderão ser alteradas por ocasião do projeto executivo, uma vez que a concepção, objeto de licença prévia, não poderá ser alterada em etapas posteriores do processo de licenciamento. 4 - Apresentar projeto básico do conjunto habitacional, em que pese o empreendedor tê-lo excluído do escopo desse licenciamento. Esse projeto deverá, inclusive, considerar o risco de possíveis inundações, com manejo de vegetação existente, o eventual uso da área para alargamento da pista, e ambas para acesso ao Terminal Guarapiranga. 5 - Apresentar projeto básico de implantação da área de lazer prevista sobre o reservatório, contendo os equipamentos, paisagismo, vegetação, ventilação do reservatório e urbanização, com análise dos impactos do reservatório e riscos sobre a população, quanto a explosão, odores, gases, ventilação, fauna sinantrópica, remoção do lodo, e disposição final do mesmo. 6 - Apresentar informações sobre a área que será ocupada pelo Parque Linear do Córrego Jardim Letícia,



29ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

necessárias para o esclarecimento da possível intervenção em fragmento de vegetação. 7 - Redimensionar a AID demarcada para o trecho correspondente ao córrego do Jardim Letícia para 100 metros, conforme estabelecido para o restante do empreendimento. 8 - Esclarecer sobre a ausência do projeto administrativo, de solicitação de anuência para intervenção em área de preservação permanente, APP, do Córrego Jardim Letícia, em razão das obras de canalização, remoção de moradias e implantação do Parque Linear. 9 - Apresentar as informações necessárias para análise do estudo de avifauna realizado, como indicação das áreas nas quais foram realizados o levantamento real de fauna, na ADA e AID do empreendimento, metodologia utilizada, esforço amostral apresentando a curva do coletor. 10 - Apresentar programa de monitoramento de avifauna. 11 - Apresentar estudo efetivo, referente à existência e espécies da fauna sinantrópica, na ADA e AID do empreendimento. 12 - Apresentar as diretrizes do Projeto Paisagístico Básico a ser implantado nas APPs a serem preservadas, nas áreas verdes remanescentes, nas áreas verdes sobre laje, nas calçadas verdes dos passeios públicos lindeiros à ciclovia e no Parque Linear do Córrego Jardim Letícia. 13 - Identificar em planta os imóveis localizados na ADA do empreendimento, especificando os regulares e os irregulares: a) localizados em áreas de risco, cujas famílias já foram removidas; b) localizados em áreas de risco, cujas famílias serão ainda removidas; c) unidades que serão afetadas para a execução das obras. 14 - Informar o número de unidades de estabelecimentos educacionais, igrejas, áreas públicas, instituições, imóveis residenciais, lotes vazios, estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços afetadas pelo empreendimento. 15 - Abordar o impacto da implantação do empreendimento sobre as unidades educacionais afetadas, e apresentar medidas mitigadoras. 16 - Apresentar o cadastramento consolidado da população residente nas favelas Jardim Letícia, Chácara Santana, Jardim Novo Santo Amaro I, Jardim Santa Josefina II, Parque Figueira Grande V, Jardim Novo Santo Amaro II. 17 - Apresentar a caracterização socioeconômica da população residente nas favelas Jardim Novo Santo Amaro I, Jardim Santa Josefina II, Parque Figueira Grande V, Jardim Novo Santo Amaro II. 18 - Detalhar o “eixo geração de renda” no âmbito do Plano de Reassentamento Córrego Ponte Baixa PMSP/SIURB/SEHAB de abril/2012 e do Plano de Trabalho Social Córrego Ponte Baixa PMSP/SEHAB de setembro/2012. 19 - Garantir o reassentamento: a) no local delimitado para a implantação do EHIS, conforme previsto no EIA/RIMA; e b) para todas as famílias a serem removidas dos núcleos de favelas. 20 - Incorporar à metodologia de avaliação de impactos ambientais a Bacia Hidrográfica do Córrego Ponte Baixa como unidade de análise, incluindo no diagnóstico ambiental o Córrego Itapoquera e demais afluentes. 21 - Identificar as áreas com potencial ou suspeitas de contaminação cadastradas no banco de dados da Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP (Boletim de Dados Técnicos - BDT) disponível no endereço eletrônico https://www3.prefeitura.sp.gov.br/spmf_slc/InformaSQL.aspx, nos imóveis inseridos na ADA, a ser realizada com o número de contribuinte de cada imóvel. Quanto à existência de áreas cadastradas no Sistema de Fontes de Poluição – SIPO, considerando os imóveis inseridos na área, essa consulta poderá ser realizada através de manifestação da CETESB. 22 - Apresentar as áreas identificadas no banco de dados da Prefeitura e no SIPO, as seguintes informações: número de contribuinte (setor, quadra e lote); endereço completo, mapa de localização das áreas; uso pretendido para essas áreas; e



29ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

identificação dos Processos Administrativos na Prefeitura do Município de São Paulo existentes para cada lote. 23 - Atender os seguintes itens, para os locais previstos para o reassentamento e para a construção do reservatório para amortecimento de cheias: Relação de todos os imóveis lindeiros, incluindo número de contribuinte (setor, quadra e lote) e endereço completos. As áreas listadas no **item a** com potencial ou suspeita de contaminação cadastradas nos bancos de dados da SVMA (Sistema de Informação de Gerenciamento de Áreas Contaminadas – SIGAC); Manifestação da CETESB quanto à existência de áreas cadastradas no Sistema de Fontes de Poluição – SIPOl listadas no **item a**. Nas áreas identificadas nos itens 21, 22 e 23, apresentar a Avaliação Preliminar dos respectivos terrenos. Esta avaliação deverá ser realizada conforme orientações contidas no “Guia para avaliação do potencial de contaminação em imóveis”, disponível no site www.cetesb.sp.gov.br, e na Norma Técnica ABNT NBR 15.515-1:2007 Errata 1:2011. Caso sejam constatados indícios de contaminação, deverá ser realizada uma Investigação Confirmatória, conforme as Normas Técnicas ABNT NBR 15492/2007, NBR 15495/2007 e a metodologia contida no “Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas”, CETESB/2001, disponível no site www.cetesb.sp.gov.br. Os estudos deverão conter assinatura por responsável técnico com registro no respectivo Conselho Profissional. 25 - Apresentar um Programa de Gerenciamento de Áreas Contaminadas, contemplando Plano de contingência. São exigências formuladas pela Câmara Técnica e pelo DECONT.

Coordenadora Helena Magozo: Eu queria listar os conselheiros que participaram da Câmara Técnica, como um todo. Depois, dois conselheiros não estiveram no dia da aprovação do relatório, mas, participaram da Câmara Técnica. São eles: José Carlos Andersen, da Secretaria de Transportes, Carlos Fortner, que representava o DEPAVE, Olga Maria Soares e Gross - SMDU, Benedito Góes Neto, SGM, Mary Lobas estava acompanhando pelo CADES, Milton Tadeu Motta pelo DECONT, Rosélia por DEPLAN, Andréa Akissue de Barros, por SIURB, e a Beatriz Elvira Fábregues pelo Setor da Sociedade Civil, Macro Região Sul 1. Eles votaram o relatório, e também participaram desta Câmara, a Martha Amélia Campos, da ABES, e o Maximiliano Peregrina, da SMADS. Obrigada.

Secretário Carlos Fortner: Eu queria só fazer um breve comentário. Eu participei das Câmaras Técnicas. Em 2009, eu era o Subprefeito, antes do Subprefeito Beto Mendes que está aqui presente, conosco. E já naquela época, em 2009, isso já era uma demanda grande, lá da região. E antes de mim, era grande também a demanda. Quer dizer, uma coisa que já vem se arrastando faz vários anos. Queria, parabenizar o DECONT e o Milton pelo esforço que foi feito para se poder chegar a esse parecer. Têm exigências, evidentemente. Nada é perfeito. Se demorar mais, novamente isso aí vai ficar desatualizado, vai precisar rever todas as condições. É tudo dinâmico, na cidade, a gente sabe disso. O importante é que essas exigências, elas não inviabilizam o projeto como um todo, e existe hoje, o recurso para se fazer essa obra. Então, é importante a gente avaliar bem o que foi apresentado, e olhar para a importância. Quem conhece aquela região lá, sabe a importância que tem fazer uma obra dessas. O que tinha de dificuldade na obra, em um primeiro momento, quando foi apresentado o primeiro projeto SIURB, foi adaptado de acordo com as diretrizes da Secretaria do Verde. A gente sempre recebe muita crítica,



29ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

que a gente acaba se envolvendo no projeto dos outros, mas foi uma motivação para melhor. A própria SIURB enxergou isso. É um avanço muito grande que foi feito. Eu queria passar a palavra, para o Subprefeito Beto Mendes. Ele queria fazer uma manifestação rápida a respeito disso. Por favor.

Subprefeito Beto Mendes: Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Secretário Fortner, e na pessoa do Fortner, cumprimentar todas as pessoas que, exaustivamente, vêm dedicando horas e horas de trabalho para que nós pudéssemos chegar aqui, nesse momento. Senhores Conselheiros, esse momento é um momento muito esperado pela comunidade do M'Boi Mirim. Aqui, nós temos duas pessoas que viveram o dia a dia lá, no M'Boi, conhecendo as dificuldades, vivendo a ansiedade da comunidade, que é o Fortner, como Subprefeito, e Horácio, que foi Diretor do Verde, e que, no dia 21 de dezembro de 2010, viu quanto aquela comunidade sofreu, com mais de 2 mil desabrigados, Fortner, ao longo... ali, na região do Jardim Leticia, ao longo da Estrada... Ou melhor, da (incompreensível) Ponte Baixa, e que culminou com a morte de uma pessoa que foi encontrada na garagem de ônibus da Gatusa, uma professora, e também de outra pessoa em uma região mais acima. Já foram, nos últimos anos, ceifadas aí, quatro vidas. Eu acredito que com o início dessas obras, desafogará um pouquinho, em um primeiro momento, a ansiedade da comunidade. Quem pôde participar lá, da audiência pública, como já foi dito aqui hoje, viu o desespero. Como a família da mãe da professora, que perdeu a sua filha. Famílias que perderam tudo, e que perdem tudo a cada chuva. E essa situação toda não se instalou na região nos últimos 10 anos, 15 anos. Foram ao longo de décadas e décadas de acomodação, e de consolidação de forma irregular, nesta região. Então esta obra, além de devolver a qualidade ambiental para a região, que obviamente vocês, dentro desse estudo, e desse trabalho, priorizaram. Mas também vai fazer com que aquelas pessoas que saem da região do Jardim Ângela para poder chegar aqui no centro, na região central de São Paulo todos os dias, possam fluir, seja pelo transporte coletivo, ou até mesmo individual, mas possam chegar, ter a sua mobilidade com um tempo muito mais rápido do que é hoje. Eu posso dizer a vocês, para finalizar, que nos últimos quase 3 anos, estamos lá, à frente da Subprefeitura, já vivemos dez grandes manifestações de parar tudo. De passar um dia todo, praticamente, sem transporte coletivo, porque as comunidades não aguentam mais a situação que estão vivendo. Inclusive, tem uma nova manifestação, porque sempre os rumores chegam, ou para a Subprefeitura, ou chegam para a Polícia Militar, e tem inclusive, uma nova manifestação preparada para os próximos dias, ou programada para os próximos dias. Eu quero dizer a vocês, assim, nós estamos, na pessoa do Subprefeito, representando aqui a comunidade, representando aqui, o prefeito de São Paulo, mostrando-nos muito otimistas com esse dia de hoje. Que esse dia de hoje aqui, há a possível aprovação por vocês, será, com certeza, um dos dias mais importantes na história da nossa comunidade, do M'Boi Mirim, que muitas vezes, demoram 3, 4 horas para chegar até o seu trabalho. E quero dizer que isto é uma parte de tudo que está sendo pensado para a região. Por exemplo, o metrô está elaborando o projeto funcional para que, depois, possa dar outros encaminhamentos ao projeto básico, assim por diante, para que o metrô chegue também ao Jardim Ângela. E a SPTRANS, também fazendo todos os estudos, projetos, para que chegue lá o monotrilho. Então, esse conjunto de ações, preocupado na preservação ambiental, e preocupado na qualidade de vida das pessoas, este aqui, hoje, o Córrego Ponte Baixa, ele é uma das



29ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

etapas. Mas uma das etapas de grande importância. Muito obrigado pela atenção de todos. E ansiosamente, conclamo a vocês o voto favorável para que esta obra tão importante possa transformar-se, de um sonho, em uma realidade. Muito obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Eu vou passar a palavra para os Conselheiros, antes da deliberação. Os conselheiros que quiserem se manifestar, por favor, está aberta a inscrição. Beatriz, por favor.

Cons. Beatriz: Eu, neste momento, estou um pouco preocupada. Teve um relatório que foi feito praticamente sexta-feira, que não tivemos muita condição de analisar. E tentamos votar efetivamente o projeto hoje, sem ter analisado tudo isso, e sem ter data para isso ser, realmente, atendido. Acho um pouco preocupante. Especialmente no que se refere à desvinculação do conjunto habitacional do escopo do projeto. Há formas de marcar datas para que esses pontos sejam atendidos?

Cons. Milton: Eu acho que a desvinculação do conjunto habitacional ocorreu mais por uma necessidade de quem vai fazer, foi isso que eu entendi com as explicações SIURB. Porque isso já tem todas as garantias que serão executadas. Como será executado por SEHAB, então, eu acredito que foi essa a questão colocada por SIURB. Para deixar isso com SEHAB, mas mesmo assim, nós colocamos uma exigência, que nós temos que acompanhar isso. E ele vem com as garantias de que essa população vai ser realocada. Nós temos garantias que eles estão querendo, sim, vão ter essa relocação do terreno. E a questão, como nós colocamos, é uma questão que é obrigada fazer, porque a legislação assim exige. Nós temos que verificar o córrego afluente do Itapoquera, tem também a questão da vegetação, que ele tem que dar entrada no DEPAVE, isso é obrigado. Não tem como alguém fazer uma obra sem dar essa entrada, e um projeto garantido, como foi explicado em diversas reuniões, pela própria Andréa da SIURB. Então, eu acredito que essa obra está vinculada. Nós deixamos como se estivesse vinculada. Afora o manifestado pela SIURB. É uma preocupação de licenciar esses conjuntos habitacionais. A Secretaria mesmo falou que isso daí não precisaria ser licenciado. Existe uma resolução CONAMA que solicita o licenciamento, mas o nosso entendimento aqui, com as questões habitacionais, que nós temos um conjunto de regras dentro do município, SEHAB, SIURB, o Plano Diretor, o Código de Obras, que vão ter todas as exigências contempladas, para que esse conjunto habitacional saia de acordo com o estabelecido.

Coordenadora Helena Magozo: José Carlos, por favor.

Cons. José Carlos: Você, Beatriz como membro da Câmara Técnica, tem conhecimento que tem conhecimento Queridos pais, nós debatemos muito esse assunto durante o desenvolvimento das análises. E a grande preocupação da Câmara Técnica foi justamente conseguir garantias de que esse empreendimento seria realizado no cronograma esperado, e com o mínimo de impacto para a área mais sensível considerada, que é a população envolvida. E felizmente também, na Câmara Técnica, teve uma participação de uma representante do órgão empreendedor. A Andréa ajudou muito, e ilustrou, informou bastante, todas as dúvidas que ocorreram. E, segundo as próprias palavras da Andréa: *“Que mais garantias vocês querem, sabendo que esse*



29ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

empreendimento tem envolvido, verba federal do PAC 2, a Caixa Econômica Federal, Tribunal de Contas, Ministério Público, a população, a Subprefeitura...” Quer dizer, todo mundo é extremamente envolvido, e preocupado com isso. Quer dizer, existe dinheiro. Existe intenção. Existe uma carência enorme. Eu acho que agora, a questão pode... a análise vai resvalar sobre alguns detalhes, algumas coisas, mas eu, particularmente, a Câmara, quando votamos, nós tivemos o entendimento que as garantias, e mediante o estabelecimento dessas exigências, estaria tudo garantido dentro do esperado, do cronograma previsto.

Coordenadora Helena Magozo: Andréa, por favor, de SIURB. Ela se inscreveu antes de haver a mudança.

Cons. Andréa: Bom dia a todos. Eu sou a Conselheira suplente de SIURB. De fato, em relação aos conjuntos habitacionais, a gente tem uma perspectiva de remoção de 554 famílias da região, das quais, 400 famílias, a gente já tem um imóvel que até foi apontado ali na apresentação, que é encostada no Terminal de Ônibus do Guarapiranga, onde a gente tem previsão de acomodação de 400 famílias. A gente já está fazendo lá, por SIURB, está finalizando a seleção de empresa para fazer uma contratação com a Caixa Econômica Federal ao longo desse próximo mês, para execução dessas unidades, através do Programa Minha Casa, Minha Vida. Vão ser 26 milhões só para esse imóvel, e para construção das 400 unidades. E as demais 154 famílias estimadas até esse momento, a gente tem a previsão de atendimento através dos programas da Secretaria de Habitação, programa Mananciais Fase 3, mas isso, a SIURB ainda não se eximiu de continuar procurando imóveis, porque nós temos um compromisso do Governo Federal, de 52 milhões, para a construção de unidades habitacionais, deste empreendimento, Ponte Baixa. Então, 26 serão utilizados agora, que a gente já tem um imóvel, e outros 26 milhões estão disponíveis desde que a gente encontre um terreno em que a gente possa acomodar as demais famílias.

Coordenadora Helena Magozo: Cons. Abel, por favor.

Cons. Abel: Bom dia a todos. Uma questão de ordem. Moro na região, então essas 126 famílias vão entrar no programa municipal, seria isso?

Cons. Andréa: Elas vão ser atendidas pela Secretaria Municipal de Habitação através do programa Mananciais, que também já está fazendo as suas ações. Eu não vou saber precisar o número, mas são tantas mil unidades habitacionais das quais, 154 vão ser destinadas para receber essas famílias do Córrego Ponte Baixa.

Coordenadora Helena Magozo: Mais alguém queria se manifestar? Podemos ir para a deliberação? Então eu vou pedir aos Conselheiros que são favoráveis à aprovação do relatório, com todas as exigências, as recomendações colocadas, que permaneçam como estão. Agora, os Conselheiros que são contrários à aprovação do relatório, por favor, levantem a mão. Abstenções, por favor. Então nós temos 21 votos favoráveis e 3 abstenções. Alguém tem mais alguma coisa a se manifestar, alguma sugestão para uma próxima reunião? Porque a nossa pauta, enquanto Reunião Extraordinária, efetivamente,



29ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

era essa deliberação. Eu queria agradecer a presença de todos os Conselheiros... Você quer falar Abel? Por favor.

Cons. Abel: Eu quero fazer uma pergunta. Quando que vai ficar... Vai terminar a Universidade, porque para nós é complicado, sair lá da zona leste, vir para cá, fica complicado...

Coordenadora Helena Magozo: A universidade está começando a reforma, e é prevista até o final do ano. Mas o que eu queria avisar o seguinte: vai sair, sempre, da Secretaria, uma ou duas peruas, dependendo da necessidade dos Conselheiros, que assim podem acessar o metrô, e chegar ao Paraíso de metrô. Eu quero deixar essa disponibilidade que a gente sente quase que como uma obrigação nossa, mas a gente tem previsão, deste ano, realizar, até a reforma da UMAPAZ, a Rose está aqui com a gente, ser concluída, de termos que nos adaptar às possibilidades. Está bom? Muito obrigada a todas e a todos.

Carlos Roberto Fortner

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES

Conselheiros presentes:

ANDRÉ DIAS MENEZES DE ALMEIDA
ANTONIO ABEL ROCHA DA SILVA
ARMELINDO PASSONI
ARUNTHO SAVASTANO NETO
BEATRIZ ELVIRA FABREGUES
BENEDITO GÓES NETO
CINTHIA MASUMOTO
DANIEL GUTH ESTEVES
ELIANA SAPUCAIA RIZZINI
GEORGE DOI
GLAUCIO ATORRE PENNA
IVO CARLOS VALENCIO

JOSÉ CARLOS ANDERSEN
LUIZ FERRUA
MÁRIO ROBERTO DE ABREU
MAXIMILIANO NOVIELO PEREGRINA
MILTON TADEU MOTTA
OCTACILIO DE OLIVEIRA ANDRADE JUNIOR
OLGA MARIA SOARES E GROSS
ROBERTO PAULO VALERIANI IGNÁTIOS
ROSE MARIE INOJOSA
ROSÉLIA MIKIE IKEDA
SILMARA RIBEIRO MARQUES
WALTER PIRES

Conselheiros com justificativa de ausência:

ANGELO IERVOLINO / HELGA M. DA CONCEIÇÃO MIRANDA ANTONIASSI / HEITOR MARZAGÃO TOMMASINI / MARTA AMÉLIA DE OLIVEIRA CAMPOS / ROS MARI ZENHA.

Conselheiros Suplentes presentes: ALEXANDRE FALCÃO DE ARAÚJO / ANDRÉA AKISSUE DE BARROS / DANIEL GLAESSEL RAMALHO / MARIA RAQUEL PACHECO / MARINA MERUSSI NEIVA.

Coordenadora Geral:

Helena Maria de Campos Magozo